

Ações museais e o Pós-Abolição:

notas sobre a exposição “Ante ecos e ocos” no Museu Paranaense

Daiana M. Damiani¹¹³

Felipe Vilas Bôas¹¹⁴

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo pensar as possibilidades de construção narrativa sobre afro-paranaenses em instituições museais, especialmente o Museu Paranaense, a partir de referências da museologia e historiografia, com destaque para textos e ligados à Nova Museologia e historiografia do Pós-Abolição. Para tal, analisa-se ações museais promovidas pelo Museu Paranaense, em especial a exposição “Ante ecos e ocos”, concebida em 2022 a partir do processo de curadoria compartilhada. Uma vez que se avalia a capacidade da instituição em abordar temáticas relativas a trajetória de afro-paranaenses, também apresenta um leque de ações teóricas e práticas que fazem, ou deveriam fazer, um elo mais sólido entre instituição museal e sociedade, na busca por tornar a instituição pública não apenas mais ativa junto à comunidade ao qual pertence, mas aberta dessacralização cultural.

Palavras-chave: Pós-Abolição. Museologia. Afro-paranaenses. Museu Paranaense.

¹¹³ Graduanda em Museologia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); estagiária do Departamento de História do Museu Paranaense.

¹¹⁴ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Coordenador do Departamento de História do Museu Paranaense.

Abstract:

This paper aims to think about the possibilities of narrative construction about Afro-paranaenses people in museum institutions, especially at Museu Paranaense, based on museology and historiography references, with emphasis on texts related to New Museology and post emancipation historiography. The analysis starts about museum actions formed by the Museu Paranaense, in particular the exhibition “Ante ecos e ocos”, conceived in 2022 from the shared curatorship process. If, on the one hand, the institution's ability to address issues related to the trajectory of Afro-paranaenses people is evaluated, on the other hand, it presents a range of theoretical and practical actions that make, or should make, a more solid link between the museum institution and society, in the search for making the public institution not only more active with the community to which it belongs, but open to cultural desacralization.

Keywords: Post Emancipation. Museology. Afro-paranaenses. Paranaense Museum.

Introdução

As linhas que seguem configuram um exercício de pensar a atividade museal, nos campos da pesquisa histórica e museologia, no que competem as possibilidades narrativas acerca da produção de exposições que inferem sobre o Pós-abolição no Paraná. Para tal, ajusta-se a lente para a exposição de curadoria compartilhada intitulada “Ante ecos e ocos”, desenvolvida pelo Museu Paranaense no ano de 2022, uma produção historiográfica sobre o Paraná e abordagens teóricas e práticas da área de museologia.

Antes de adentrar no que se refere a exposição “Ante ecos e ocos”, cabem algumas palavras sobre o contexto do Pós-abolição no Paraná por meio de pesquisas históricas, visando inferir sobre o processo de concepção e desenvolvimento da referida exposição. Mais adiante, destacam-se as ações museais promovidas pelo Museu Paranaense no que compete às narrativas afro-paranaenses e, por fim, a exposição “Ante ecos e ocos”, que se configura como um trabalho coletivo entre a instituição Museu Paranaense e membros da comunidade afro-paranaense.

Narrativas entre o real e o imaginário

Em 1937, o jornal *O Dia*, número 4358, trazia a seguinte manchete – “A nova igreja do Rosário: realiza-se hoje o lançamento da pedra fundamental do novo Templo”. Com imprecisões históricas, o texto de autoria editorial informava sobre o estado ruinoso da antiga igreja, muito devido a sua longevidade, sendo necessário nos novos tempos sua remodelação, para se adaptar ao momento de crescimento e nascente modernidade da capital paranaense.

Em nenhum momento da matéria é citado a origem do espaço religioso, seus usos e simbolismo. Descrita como “Pequena, velha, acanhada e decrépita” [...], a igreja do Rosário, anteriormente conhecida por Igreja do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito, foi entendida como um mero local de [...] “recomendação dos mortos” [...] sendo a iniciativa de sua reformulação originada no já então falecido Monsenhor Celso, sepultado sobre aquele solo, que [...] “vinha juntando subscrições públicas, a quantia necessária para a construção de um novo templo para a igreja do Rosário – a igreja que nasceu nos primeiros albos de Curitiba”.

Ao ver a nota jornalística de forma mais aguçada, dois elementos centrais em diálogo constante saltam os olhos. O primeiro diz respeito à relação entre a modernização da cidade de Curitiba e a agência da sua população, o segundo versa acerca das disputas de memória sobre o espaço público.

No ano de construção do novo templo, que originalmente foi erguido pelas mãos de negros livres e escravizados no século XVIII (LIMA, 2002), a região do Alto São Francisco, em Curitiba, passava por transformações. Conhecida por ter uma forte presença da comunidade negra no século XIX e início do XX, assim como de camadas ligadas ao operariado, a região vivenciou um esvaziamento paulatino desses sujeitos que, com a modernização do centro da capital, passaram a habitar cada vez mais as franjas da urbe, na medida em que o custo de vida e os interesses público-privados limitavam suas esferas de atuação (BARACHO; SUTIL, 2020).

Em certo sentido, a modernidade colocada na capital do Paraná era das gerações imigrantes, não dos filhos dos libertos e escravizados. A associação de imagens entre o futuro desejado e sua população não contemplava a população negra da cidade, que segundo o IBGE (1951, p. 90-91) em 1940 computava 9.907 indivíduos pretos e pardos segundo o censo nacional do mesmo ano, correspondendo a 7% da população da cidade. Já olhando para o estado do Paraná como um todo, nota-se uma presença demográfica ligeiramente maior, sendo 12% da população paranaense preta ou parda, em um total de aproximadamente 1,2 milhões de habitantes.

A baixa densidade demográfica em 1940 exhibe uma tendência ocorrida a partir de finais do século XIX com contínuas levas de imigrantes europeus a ocupar espaços e territórios. No recenseamento geral de 1872, os dezesseis municípios do Paraná registraram em conjunto uma população de pouco mais de 116 mil habitantes, sendo 30% destes registrados como pretos e pardos. O censo de 1872 ainda aponta a categoria “escravo” dentro do levantamento da população estrangeira residente no Paraná, sendo estes o segundo grupo mais populoso, atrás apenas dos alemães.

Segundo Hebe Mattos e Ana Maria Rios (2004, p. 114), o cenário do Pós-abolição no Brasil foi marcado pela multiplicidade de ações. No Paraná é possível verificar distinções entre o meio urbano e rural, como é o caso das comunidades quilombolas paranaenses, que segundo Luciana Koss (2019, p. 163), podem ter ganhado incremento populacional no imediato Pós-abolição em terras pouco ocupadas ao interior do estado. Ou ainda, como apontou Jhonatan Souza (2015), que no início do século XX, homens negros ingressaram na prática futebolística em Curitiba, afastando a tendência de apontar o monopólio da elite sobre o esporte no devido contexto.

Questões estatísticas não explicam o desenvolvimento do tecido social, mas ajudam a compreender a paulatina marginalização desses indivíduos no cenário regional, não apenas devido às políticas imigratórias oitocentistas, que ganharam força a partir do governo de

Lamenha Lins (LAMB, 1994), mas a partir do momento em que se entende o projeto de imigração como um instrumento de estado na construção de uma identidade nacional (SCHWARCZ, 1993).

Em análise sobre o pensamento de Nina Rodrigues e Sílvio Romero sobre a região sul do Brasil, o pesquisador Hilton Costa (2011) apontou para a possibilidade de que questões demográficas influenciaram a construção de imagens – ou o apagamento delas – sobre a presença negra na região. Tal elemento, dentre outros, contribuiu para uma representação borrada dessa população, vista constantemente como um entrave ao devir do progresso.

A presença negra era entendida como uma marca de inferioridade e de impossibilidade de desenvolvimento, assim sempre que possível ela era negada, obliterada, escamoteada, em algumas situações isso era impossível, mas em outras situações isso era viável: este seria o caso do sul do Brasil. Com efeito, assume-se a hipótese de que dado as características demográficas da região sul em fins do século XIX e início XX ela permitia a autores como, por exemplo, Nina Rodrigues e Romero construir uma imagem de um Brasil sem a presença negra, mesmo que tal construção pudesse apontar para uma possível secessão do país, com a emancipação do sul (COSTA, 2011, p. 16).

Já emancipada desde 1853, a Província do Paraná não dispunha de grandes eixos econômicos atrativos a levarem consideráveis de imigrantes. Neste sentido a política inicial adotada foi da imigração de pequena escala destinada ao alargamento da fronteira provincial via sua ocupação definitiva, no qual os grupos imigrantes se destinariam a agricultura de subsistência e pequenos ofícios mecânicos. Em 1911, o Paraná registrava pouco mais de cem comunidades coloniais de origem estrangeira com aproximadamente cem mil imigrantes instalados de origens diversas (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 156-184).

O aumento da imigração e de sua importância é notado no debate político coevo, no qual seria uma solução de mão de obra mediante o crescimento econômico do século XIX e as medidas de combate ao tráfico de escravizados. Em 1860 o Relatório de Governo da Província do Paraná apontava os debates sobre imigração e sua correlação com mão de obra – especialmente a do mundo rural –, ocupando espaço importante de discussões entre os parlamentares frente à decadência do comércio de gentes, que promoveu uma redução dos [...] “braços, que nos forneciam semelhante comércio, as vistas de nossos lavradores volveram-se para emigração estrangeira, como a única esperança, contra a decadência da produção agrícola.” (CARDOSO, 1860, p. 60).

Ao mesmo tempo em que a imigração despertava debates sobre a logística agrícola e a seguridade econômica do Império e das Províncias, existia outro componente que ganharia

cada vez mais força na segunda metade do século XIX e seria colocado de forma ainda mais clara na virada dos 1800 para os 1900: a mestiçagem. Nas teorias racistas que emergiram no século XIX, os indivíduos mestiços eram considerados degenerados por natureza e capazes de transmitir biologicamente seus vícios e deturpações sociais, da mesma forma que sujeitos não mestiços passavam a frente um conjunto de ações e comportamentos socialmente aceitos, especialmente se fossem brancos.

A condenação da mestiçagem, por sua vez, foi repostulada a partir de um novo rol de argumentos, segundo os quais a mistura de povos portadores de heranças culturais distintas colocava em risco o caráter nacional, tornado estável graças à ação depuradora do tempo. Dessa hibridização, que desrespeitava a afinidade étnica peculiar a cada agrupamento humano, resultaria a anarquia política (DE LUCA, 1999, p. 156).

Contudo, cabe cuidado quando se aponta para teorias racistas, principalmente quando se fala no Paraná do século XIX. Primeiramente é preciso pensar que a teoria racial é seletiva e dominante, adapta-se a discursos e percepções. Nesta linha, a mestiçagem – constitutiva da violência colonial – nem sempre era vista como algo negativo, na medida em que a miscigenação da população brasileira a partir do acolhimento de europeus tinha algum valor, seja do ponto de vista fenotípico ou cultural. Portanto, o Paraná dialogava com uma tendência nacional do branqueamento da população, mas principalmente se encaixa nas tentativas de transformação sociocultural das populações que aqui residiam.

Plantada a semente das teorias raciais, o Paraná adentra no século XX com intelectuais a escreverem a importância dos imigrantes na constituição do Estado. Na obra, *História do Paraná*, o historiador Alfredo Romário Martins (1995, p.39) postula sobre a população paranaense, logo de início, o que ela considera distintivo e singular: trata-se do relato do botânico August Saint Hilarie sobre a quase ausência de mestiços, indígenas ou negros na região de Curitiba no início do século XIX.

Nas entrelinhas, o historiador buscou distanciar a cidade da realidade brasileira, dando endosso a um discurso que ecoa na contemporaneidade, de uma cidade “europeia” e desenvolvida pela ausência de mestiçagens ou populações negras em grande escala, como apontou em análises Tatiane Carvalho (2016).

O século XX marcaria significativamente um longo processo de apagamento mnemônico, cultural e visual das populações de origem não europeia e não branca de forma bastante alargada no Paraná como um todo. O Movimento Paranista – para além de seus valores artísticos que indubitavelmente tornaram o estado em expressão visual – constituiu

também um discurso perigoso e intencionado sobre a identidade que o estado deveria ter. Sua carta de apresentação e não necessariamente a sua realidade.¹¹⁵

Museu Paranaense e suas ações institucionais

A criação dos museus no Brasil se iniciou no final do século XIX com a necessidade da criação de uma história e memória nacional além da ascensão das ciências no país, decorrente dos financiamentos culturais de Dom João VI. Portanto, antes das primeiras instituições de cunho museal existirem, o Brasil já era visto como um grande campo de pesquisa pelos estrangeiros, que vinham coletar espécimes de flora e fauna, além de objetos etnográficos com a intenção de preservação e estudo. O movimento da “razão a qualquer custo” teve papel central para a propagação de teorias que colocavam grupos subalternos e marginalizados associados à empecilhos para o desenvolvimento sem nenhuma contribuição à nação (SCHWARCZ, 1993).

Ainda segundo Lilia Schwarcz (1993), africanos e seus descendentes foram institucionalmente representados como objetos de estudo e curiosidade, e não como agentes históricos. Corpos eram fetichizados e transformados em produto para apreciação e estudo, sua cultura desvalorizada e reduzida a estagnação.

Para Myrian Sepúlveda dos Santos (2007), mesmo após mudanças sociais e históricas o protagonismo desses indivíduos em museus é mínimo, sendo mais presentes em instituições fim específicas sobre o tema como o Museu Afro Brasil ou ainda o Museu Afro Brasileiro da Universidade Federal da Bahia.

A criação de museus singulares é extremamente importante para a representatividade social. Porém, não rompem com a estrutura colonial dos museus tradicionais, pois com a criação destes levam, de forma duvidosa, a transferência de responsabilidades dos museus tradicionais de reformular e constituir novas narrativas sobre esses indivíduos – além de que a falta de profissionais desses grupos dentro de instituições museológicas em geral é problemática (BRULON, 2020, p. 22-24)

Um exemplo de representação estereotipada dos sujeitos diaspóricos foi apontado por Sepúlveda dos Santos, na exposição de longa duração “Colonização e Dependência”, do Museu Histórico Nacional, na qual os sujeitos eram relacionados somente a escravidão e tortura, deixando de lado a complexidade social e histórica dos afro-brasileiros.

¹¹⁵ A relação entre o Museu Paranaense, movimento paranista e paranismo ainda está por se fazer, na medida em que os estudos que relacionam o museu aos movimentos de construção de identidades são poucos e, quando o fazem, realizam de forma superficial. Sobre o Movimento paranista ver PEREIRA (1997).

Cabe ainda menção às análises de Nila Rodrigues Barbosa (2018) sobre a cenografia, onde a reconstituição de um passado que se presume verdadeiro coaduna em generalizações. Em outras palavras, uma determinada “boa vontade” museal acaba por reproduzir noções totalizantes sobre narrativas e cria descompasso entre a atividade de pesquisa e a criação de exposições, como ocorreu em exposições nos museus do Ouro e da Inconfidência, ambos analisados pela pesquisadora.

A desconstrução de narrativas excludentes presente nos museus é fruto, em parte, da pressão de grupos identitários e do surgimento da “Nova Museologia” em meados da década de 1970. As novas abordagens museais passaram a reavaliar os objetivos e compromissos dos museus, procurando centralizar questões sociais como um dos objetivos principais do museu – além de tornar o mesmo acessível a diferentes públicos.

Em certa medida, as ações do Museu Paranaense acompanharam em maior ou menor grau, elementos das discussões museológicas, mas também historiográficas sobre a função social dos museus, buscando, a sua maneira, meios para adentrar em novas perspectivas de trabalho.

Em 2012, o Museu Paranaense expôs ao público a mostra itinerante “Da invisibilidade à cidadania”, inicialmente na cidade de Castro, circulando por outras localidades do Paraná. Segundo Joseli Mendonça e Rene Ramos (2017), a exposição tinha por objetivo tornar conhecido, rostos e histórias que, por razões de acervo museológico e de trajetória da instituição não tinham espaço representativo – isso se deu por meio de fotografias realizadas pela repórter-fotográfica Fernanda Castro, acerca do espaço físico e dos agentes quilombolas em diversas comunidades do Paraná.

No ano seguinte, foi a vez da exposição “Passado e presente: caminhos de uma identidade”, que trazia em sua chamada a seguinte menção:

A construção social do Paraná está vinculada ao processo pelo qual passaram diversos povos, agrupamentos, colonos e imigrantes. Conjuntamente, deve-se considerar a presença do contingente populacional das culturas de matriz africana e afro-brasileiras (MENDONÇA; RAMOS, 2017).

Para além da necessidade verificada pelo corpo administrativo, faz-se importante frisar que a esfera da administração pública em museus, por si só, não tende a levar a frente demandas desta natureza, sendo elas advindas em sua maioria da pressão popular e da atuação de pesquisadores que identificam as necessidades de se repensar narrativas colocadas ou ainda identificar suas ausências.

A característica de pressão e relacionamento entre sociedade e instituição museal ficou ainda mais evidenciada no GT “Culturas negras” no Paraná, organizado em 2015, que segundo Tatiana Takatuzi (2019), tinha por principal objetivo rever não apenas ações museológicas e patrimoniais, mas estabelecer uma reflexão mais ampla sobre a relação estabelecida em patrimônio, memória, demandas sociais e identidades.

O GT promoveu encontros de discussão, no qual se debateram [...] “às lacunas e inconsistências sobre a contribuição histórica das populações negras.” Sendo decidido que seria montada uma exposição em um espaço próximo a existência de peças ligadas ao sistema jurídico e de castigo, seja pela [...] “necessidade de ressignificar os objetos ali presentes, como respeitar a temática cronológica do circuito” (TAKATUZI, 2019, p. 125).

A observação de Takatuzi sobre uma possível “ressignificação” dos objetos de tortura se demonstrou confusa. Um dos motivos reside na própria expografia, que não deixava claro a separação entre ambas as exposições e nem questiona, visual ou textualmente, os itens colocados. Outro ponto curioso é que nas reflexões sobre as “inconsistências e contribuição história das populações negras”, a instituição Museu Paranaense parece não ser questionada, nem mesmo repensada em suas ações museológicas, dando a entender que o espaço público foi cedido à exposição, mas sem se repensar em nível organizacional e de cotidiano burocrático.

A exposição, com título homônimo ao GT, foi inaugurada em 2018, ficando atrelada e três eixos norteadores, são eles: Trabalho e Escravidão, História e Memória, Tradições Culturais de Matrizes Africanas. Sendo que foi priorizado o uso de pesquisas externas desenvolvidas por investigadores, como o caso do painel “Lugares de Axé”, trabalho investigativo de autoria coletiva (BLUM; et. al., 2018) que inventariou terreiros de candomblé em Curitiba e região metropolitana, ou ainda o painel sobre as comunidades quilombolas do estado do Paraná, baseado nos resultados de pesquisa publicada em relatório do GT Clóvis Moura (2010). Outros dois painéis expositivos – num total de quatro – apresentaram uma origem mais plural em pesquisas ligadas a associativismo, abordando os clubes sociais negros¹¹⁶ e irmandades religiosas e ainda o painel dedicado a história do trabalho, abordando o tema da escravidão e liberdade em diálogo com pesquisas recentes.

Do ponto de vista expográfico, a mostra constituiu-se de painéis com imagens e texto em plotagem e duas vitrines, uma contendo material quilombola da comunidade João Surá e outra de orixás em tecidos confeccionados por Millah Gouveia. As plotagens se deram devido

¹¹⁶ Esse painel foi nomeadamente baseado no projeto “Mapeamento de Clubes Sociais Negros do Paraná”, realizado pelo IPHAN em 2014.

a dois motivos. O primeiro diz respeito a um *modus operandi* utilizado na época pelo Museu Paranaense, que optava por não expor – ou evitar ao máximo – bens de suas reservas na íntegra, especialmente materiais de caráter fotossensível.

Outro motivo está relacionado ao próprio acervo da instituição, que historicamente se constituiu de doações ligadas a famílias bem colocadas socialmente, tornando a presença de objetos ligados à “cultura negra” quantitativamente limitados e sócio-historicamente invisibilizados dentro da instituição, fazendo com que muito do material plotado fosse de origem externa – material de pesquisadores e acervos particulares.

Unindo pesquisadores, membros da comunidade e o próprio corpo técnico da instituição, a exposição apresentou quatro painéis: Trabalho e Escravidão, Comunidades Quilombolas, História e Memória e Tradições Culturais de Matrizes Africanas. De forma ampla, a Coordenadora do Setor de História do Museu Paranaense à época definiu o intuito da exposição como:

A exposição buscou demonstrar que o patrimônio cultural material e imaterial dos povos negros está permeado nos usos e costumes dos saberes e dos fazeres, na conformação da língua, nas manifestações religiosas e sincréticas que foram construídas por resistência e por confrontação. Ele não está estigmatizado sob o peso do folclórico, mas se perpetua por meio agenciamento histórico e contemporâneo das comunidades negras. Suas histórias estão nos territórios de resistência dos quilombolas, na memória dos clubes sociais negros, no seu trabalho de construção de ferrovias, edificações e calçadas, na representação do Iroko em meio à Praça central, na capoeira, no samba, carnaval e no futebol, e nas tradições orais e religiosas mantidas por terreiros de candomblé e umbanda (TAKATUZI, 2019, p. 131-132).

Por mais positiva que a iniciativa possa parecer, principalmente pelo fato de mobilizar não apenas pesquisadores, mas membros da comunidade como um todo, ocorreu uma dicotomia entre discurso e narrativa imagética. De um lado, a narrativa textual evocava a agência e autonomia de africanos e seus descendentes, manifestados nas diversas expressões possíveis que foram representadas. Por outro lado, a expografia atuou, em certos níveis, de forma contraditória, tornando folclórico alguns elementos. Um exemplo pode ser visto no painel Comunidades Quilombolas, que apresentava um mapa do Paraná com as indicações das comunidades quilombolas, sendo ilustrado por imagens captadas pela repórter-fotográfica Fernando Castro, todas monocromáticas. Em conversa com a profissional, ela nos informou que as imagens eram coloridas e que a opção pelo preto e branco partiu da equipe do Museu Paranaense.¹¹⁷

¹¹⁷ Conversa com Fernanda Castro ocorrida no Museu Paranaense em 2021.

Ao se observar a composição do painel, fica evidenciado que a intenção foi dotar a representação quilombola e seus territórios de certa dramaticidade. Essa opção é problemática. Primeiro porque mascarou outros aspectos da vida comunitária e as trajetórias individuais dos sujeitos aquilombados, segundo porque produziu um discurso de congelamento temporal, como se as comunidades quilombolas e seus representantes estivessem alheios à contemporaneidade. Esse movimento oculta o aquilombado como sujeito político, colaborando para cristalização de narrativas, como já apontou Abdias Nascimento (2015).

Passados três anos, o Museu Paranaense, por meio de seu corpo funcional, aviltou a possibilidade de reformulação da mostra, não apenas para atualizar sua expografia, dotando-a de coerência com a discursiva proposta, mas no intuito de permitir uma vazão dos bens museais pesquisados pelos Departamentos de História e Antropologia no biênio 2020-2021, que abriu margem para novas possibilidades de agregar ao conteúdo já colocado.

Ante ecos e ocos: voz e silêncio de um acervo museal

Em 2021, o Departamento de História do Museu Paranaense contactou os membros do GT “Culturas negras” para vislumbrar a possibilidade de reformulação da mostra. Devido a problemas de agenda, não foi possível aos membros anteriores colaborarem no processo. Neste sentido, formou-se um novo grupo multidisciplinar de pesquisadores, foram eles: Bruna Reis (historiadora e antropóloga), Diogo Duda (artista plástico e designer), Emanuel Monteiro (artista plástico), Fernanda Santiago (historiadora) e Geslline Braga (antropóloga e jornalista), sendo a última, membro do GT “Culturas negras”, de 2015. A exceção de Geslline Braga, todos os demais membros são pesquisadores negros(as) com atividade em pesquisas acadêmicas ou artísticas, além de estarem em maior ou menor grau vinculado ao cenário de debates políticos sócio-raciais na cidade de Curitiba-PR.

O que deveria ser uma reformulação, acabou por se tornar a gestação de uma mostra nova, posteriormente intitulada “Ante ecos e ocos”, na qual voz e silêncio se entrecruzam para refletir sobre narrativas historicamente construídas sobre a população afro-paranaense de um lado e memórias compartilhadas em entrevistas recolhidas pelo Museu Paranaense de outro. Desse entrecruzamento despertam biografias, sentimentos, sensações – intersubjetividades entre a cultura material exposta e sua ressignificação individual e coletiva perante os depoimentos recolhidos.

De início os Departamentos de Antropologia e História realizaram um amplo levantamento de cultura material e apresentaram ao grupo de pesquisadores para construir coletivamente a exposição junto ao Museu Paranaense. Foram realizadas 16 reuniões ao longo de 2022, para construir o fio condutor e as entradas possíveis de diálogo entre interesse acadêmico, museal, artístico e representativo dos afro-paranaenses.

As mudanças propostas se concentraram em dar vazão ao acervo do Museu Paranaense relativo aos afro-paranaenses, pouco conhecido e utilizado pela própria instituição. Essa mudança é importante não apenas por melhorar a expografia e tornar a mostra menos austera e mais convidativa, mas por colocar os visitantes em contato com os objetos e fotografias na íntegra, o que segundo Teseza Scheiner (2000), amplia o espaço de percepção, tornando a experiência museal mais profunda e inclusiva.

É importante destacar que ao longo de 2020/2021, as novas exposições organizadas pelo Departamento de História, buscaram inserir elementos do acervo relativos à presença negra no Paraná, como na exposição “Curitiba: símbolos em questão”, que em determinado momento problematizou a questão da cidadania e do espaço público a partir de um armamento de fogo utilizado na Guerra do Paraguai pelo voluntário da pátria José Ferreira, cuja família reside atualmente na Comunidade Quilombola do Varzeão (SOUZA, 2017, p.302). Outro exemplo pode ser visto na mostra “Eu memória, Eu floresta: história oculta”, onde a sessão que discute a circularidade cultural e apropriações sobre o saber indígena por produtores não indígenas, encontra-se um pilão de madeira da região de Campo Largo, confeccionado pelo escravizado Gaspar. Ainda cabe destacar a mostra “Nosso Estado: vento e/em movimento”, que traz elementos como um enxó doado por Cláudio Ozório de Moraes – sócio fundador do Clube 13 de Maio de Curitiba-PR –, cutelaria africana centro ocidental e o depoimento da quilombola Silmara Xavier, da comunidade Família Xavier de Arapoti, Paraná.

A escolha pela distribuição de peças ao longo do circuito expositivo objetivou imprimir a presença negra para além de sua mostra singular, focando em sua agência na construção da identidade paranaense em diferentes recortes temporais e localidades, deixando a entender que em diversos temas históricos se expressa a presença sociocultural de africanos e descendentes.

O intuito da curadoria compartilhada promovida se ancorou no entendimento de que a instituição museal se coloca como instrumento social capaz de imprimir valor a matéria, como já apontou Waldisa Rússio (1980). Nesse sentido, segundo Bruno Brulon (2020), um caminho possível para uma museologia que pretenda ser inclusiva e atuante, passa necessariamente

pelo envolvimento entre a instituição e a sociedade na formulação de ações e o trabalho constante de gestão de acervo no que compete a pesquisa, aquisições e alienações.

A postulação de Brulon (2020) vai de encontro com o entendimento de que é o trabalho museal que dota os objetos de valor e não o contrário, como se os bens culturais tivessem por si só a capacidade de se explicarem de forma intrínseca. Nesse sentido, o museu se coloca como um espaço disruptivo e de tensão crítica entre passado e presente e não apenas como um ponto de memória de algo produzido em determinado tempo.

Tal observação é relevante para se entender um ponto de divergência entre a antiga exposição “Culturas negras” e sua sucessora, “Ante ecos e ocos”. Se na primeira buscava-se dar visibilidade a temática a partir de pesquisas externas, que de forma didática expunham um panorama histórico amplo – como se verifica no próprio título da exposição – por meio de explicações temáticas. Na segunda ocorre um ponto de questionamento entre passado e presente, no qual não se busca explicações, mas conexões entre a materialidade apresentada e os depoimentos com membros da comunidade afro-paranaense recolhidos, que apontam diretamente para o acervo exposto e uma autocrítica da própria instituição museal, como fica evidenciado no texto curatorial.

Mapear temas sensíveis, encarar e reconhecer lacunas institucionais e apostar em outros modos de operar é o que tensiona a exposição “Ante ecos e ocos”. Viabilizar plataformas ecoantes e historicamente dissonantes só é possível quando se reconhece o museu como um espaço de disputa de memórias (DUDA; MONTEIRO, 2022, p.3).

A opção de gravar depoimentos em áudio que partiu do grupo de trabalho não emergiu apenas no sentido de uma ampliação de acervo ou de buscar formas interativas com o público, mas de criar outras narrativas sobre o próprio acervo do Museu Paranaense, na medida em que os bens museais estão relacionados aos depoentes.

Um exemplo é o caso de Célio Machado da Silva, que em seu depoimento, trouxe lembranças familiares, de disputas por território e dinâmicas de trabalho. Todas elas perpassadas pela história de Serafim Machado, bisavô de Célio, que na década de 1940 foi filmado e fotografado por Vladimir Kozák, à época, responsável pelo cine-educativo do Museu Paranaense. Da mesma forma, a conexão entre os depoimentos e o acervo exposto relacionam a Escola de Samba Colorado e seu ex-integrante, Pelé; e também Mãe Marize de Omolu e sua gravação presente no acervo fílmico da instituição e assim por diante. Mais do

que trazer suas histórias de vida, os depoentes também falam sobre os objetos, trazem outras perspectivas, pontos de interesse e desinteresse.¹¹⁸

A exposição também realizou novas aquisições para além dos depoimentos, como obras de arte e um conjunto de bordados confeccionados em uma ação educativa externa, na qual mulheres afro-paranaenses realizaram bordados de punho livre a partir de fotografias do acervo e depois promoveram uma roda de conversa com a comunidade, onde debateram sobre memória e esquecimento em suas trajetórias de vida.

De forma ampla, a exposição buscou afastar premissas relacionadas ao controle público, no campo da política, sobre o acervo museal, na tentativa de evitar as armadilhas das narrativas didáticas que se colocam a uso do estado, como já apontou Jislaine Santos (2016), sobre a ocultação de objetos para sustentar narrativas, normalmente vinculadas a “História Oficial”.

“Ante ecos e ocos” teve ainda um planejamento de mobiliário. Os expositores confeccionados sob medida tiveram como referência as obras pictóricas do artista Ruben Valetim, que ao longo de sua carreira subverteu a linguagem artística europeia junto a símbolos característicos afro-brasileiros, no qual as linhas retas e paralelas, junto a formas geométricas dialogam com o uso vibrante de cores.

No geral, a exposição não teve por objetivo discutir a cultura afro-paranaense, como ficou registrado nas atas de reunião,¹¹⁹ pois no entendimento do grupo de trabalho, não cabia a instituição dizer o que era ou não cultura ou ainda eleger elementos culturais. Nesse sentido, a curadoria realizou seu recorte a partir do próprio acervo, contemplando assuntos como congada, trabalho e política no Pós-abolição, expressão religiosa, sujeitos aquilombados, carnaval e capoeira.

A partir desses grupos surgiram narrativas específicas, ou seja, não se explicou de forma totalizante o carnaval, mas sim a manifestação do carnaval a partir do acervo da Escola de Samba Colorado.

O próprio título da exposição resume o fio condutor escolhido pelos curadores.

Estar ante algo ou alguém pressupõe presença, frontalidade e – talvez por mera força do hábito nossa (a/os de cor) – enfrentamento. Pois que: não é estar com ou entre; nem sob ou sobre; mas ante: encarar. O ante delineia limites, recusa submissões. Descortina-se entre o Eu e o Outro tensões e inquietudes discursivas, representativas e físicas. Os corpos questionam, suas intenções aproximam e afastam, numa dança que socializa e distancia.

¹¹⁸ Conjunto de depoimentos “Ante ecos e ocos”, MP.16481, Museu Paranaense.

¹¹⁹ Atas de reunião do projeto Ante ecos e ocos, n.1 a 16, Museu Paranaense, 2022.

Ecoar, por sua vez, é fazer-se ouvir ou sentir a grande distância. No tempo e no espaço, propagações rompem o silêncio ou, no limite, o potencializam. Para que haja eco, há de haver paredes, erguendo-se como resistências que possibilitam o rebatimento.

[...]

Ecos que preenchem ocos. A ancestralidade que emerge da Kalunga Grande, o mar atravessado por negros para chegar ao Brasil, reverbera no vão, na fenda, na falta. Milhões de africanos e africanas desterrados aqui silenciados, ausentes (DUDA; MONTEIRO, 2022, p. 2-3).

Por mais positiva que a exposição possa se colocar, no sentido de comungar pesquisa, gestão de acervo, curadoria compartilhada e questionamentos sobre a própria base institucional, ela não contempla, e nem poderia no cenário do Museu Paranaense, agir de forma disruptiva com os processos museológicos, sempre sobre controle do corpo funcional da instituição. Nesse sentido, os curadores assumiram a enorme parede que o órgão público impõe, sejam nas escolhas ou nos canais de financiamentos, como um estímulo a crítica institucional e não como um limitador de ação, tornando o silêncio não apenas um elemento presente na trajetória histórica, mas também nas burocracias museais.

Considerações finais

Entre as ações museais realizadas pelo Museu Paranaense, em que os afro-paranaenses emergem como agentes, fica nítido que na exposição, “Ante ecos e ocos”, houve uma potencialização no que se refere ao tripé pesquisa-curadoria-acervo. Se na mostra “Culturas negras”, a curadoria compartilhada e a aquisição de acervo ocorreu, verificam-se falhas no que compete aos procedimentos de pesquisa, sendo necessário se ancorar em trabalhos externos para a constituição de material para segurar a linha narrativa na exposição.

Em “Ante ecos e ocos” a pesquisa partiu em comum acordo do grupo curatorial convidado e da própria instituição, que em um processo de reavaliação de suas ações e acervos, abriu-se a crítica desde os objetos museais até a burocracia envolvida no próprio aparato público.

Se por um lado esse movimento é positivo, o mesmo deixa ainda mais claro as relações de forças impelidas pela instituição Museu Paranaense, real gerenciador dos recursos e dos meios para realização da exposição. Em outras palavras, não importando os movimentos realizados, a instituição continua a exercer um poder fundamental sobre as ações realizadas em seus espaços, cabendo, muitas vezes, a decisão final ao seu corpo funcional.

Ao mesmo tempo em que existem diferenças entre as exposições, deve-se também frisar um elemento em comum que atuou direta ou indiretamente em ambas as exposições: a busca por uma narrativa que atingisse um amplo espectro de público visitante.

Não é novidade que museus de arte ou de ciência possuem, em sua maioria, um público visitante de maior investimento escolar. Nesse sentido, cabe às instituições questionar o que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2013) definem como arbitrariedade cultural, na qual as relações de força dentro do espaço museal limitam o acesso a sociabilidades e narrativas produzidas pela instituição. Em outras palavras, os museus precisam fazer o esforço de atingir camadas várias da sociedade, reforçando social e cidadão das instituições.

As atividades educativas são parte fundamental nesse exercício, pois tem o poder de potencializar debates sobre a narrativa apresentada em exposições e também rompê-las, trabalhando com assuntos que não puderam ser englobados na linha narrativa, mas fizeram parte da pesquisa e discussão conceitual.

Cabe ressaltar que a participação do corpo técnico do educativo deve ser ativa e presente em todos os processos de elaboração de projetos expositivos e da montagem, já que por sua vez, o setor deve elaborar as atividades educativas a partir do processo de compreensão da exposição pela ótica da instituição museal. A falta de participação ativa durante esse processo pode criar primeiro uma visão própria da exposição, que não condiz com o proposto esperado pelo museu, além de limitar seu alcance e a qualidade das atividades que serão ofertadas ao público (TICLE; BARBOSA, 2010).

Esse movimento se fortalece quando comunga ações museais participativas, inteligência na gestão de acervo e ações educativas que se colocam como mais do que instrutivas, mas também mobilizadoras de práticas que extrapolem o espaço do museu.

Aqui reside uma fraqueza em ambas as exposições: a fragilidade de suas propostas educativas ou ainda a inexistência delas. Em “Culturas negras”, não houve a concepção de uma ação educativa singular voltada à mostra – ou pelo menos não foi localizado na memória institucional do Museu Paranaense. A ação educativa ficou restrita às atividades gerais realizadas pela instituição no seu circuito de longa duração, perdendo assim a capacidade de movimentar o meio social rumo a reflexões críticas mais incisivas.

Já em “Ante ecos e ocos”, as ações educativas até tiveram início após a inauguração, mas não existia, naquele momento, um planejamento de longo prazo com orientações planejadas. Nesse caso, deve-se frisar um descompasso entre setores da instituição, o que promoveu um atraso significativo na produção de um projeto educacional que viesse de encontro com as intenções manifestadas no espaço expositivo.

Deve-se frisar que a execução da exposição só se tornará completa quando a instituição produzir um projeto educativo amplo que possa ser executado do público espontâneo ao escolar em suas diferentes faixas etárias e socioculturais (OLIVEIRA, 2010). Pois a atividade educativa é o principal meio de conexão entre as narrativas produzidas pela instituição e a comunidade que frequenta o espaço.

Não cabe aqui apontar com mais precisão as razões de descompasso entre ações educativas e projetos de pesquisa que ganham corporeidade expositiva no Museu Paranaense. Mas realizar um alerta de que os corpos funcionais das instituições precisam achar formas eficazes de diálogo que possam reverter em ações museais amplas que contemplem, pesquisa científica, ação educativa, gestão de acervo e processos de curadoria que ampliem a possibilidade de comunicação das instituições museais com a sociedade. Visando assim, mesmo que nunca completa e representativa, romper com estereótipos narrativos e burocráticos, abrindo caminho para uma atividade museal inclusiva e minimamente mitigadora.

Referências

- Atas de reunião do projeto Ante ecos e ocos*, n.1 a 16, Museu Paranaense, 2022.
- BALHANA, Altiva Pilatti.; MACHADO, Brasil Pinheiro.; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARACHO, Maria Luiza Gonçalves.; SUTIL, Marcelo Saldanha (org.). *Presença negra em Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2020.
- BARBORA, Nila Rodrigues. *Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal*. Curitiba: Editora Appris, 2018.
- BLUM, Caroline.; et. al. Lugares de axé: notas sobre um inventário de terreiros de candomblé em Curitiba e região Metropolitana. In: RAGGIO, Ana Zaiczuk.; BLEY, Regina Bergamaschi.; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina. (orgs). *População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos - Abordagem Sociológica - v. 1*. Curitiba: SEJU, 2018.
- BRUNO, Brulon. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.28, p.1-30, 2020.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CARDOSO, José Francisco. *Relatório da Província do Paraná*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1860.

- CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. *O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento*. 178 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2016.
- Conjunto de depoimentos Ante ecos e ocos*, MP.16481, Museu Paranaense.
- COSTA, Hilton. Ilusão de ótica: presença negra e imigração para o sul do Brasil nas análises de Raymundo Nina Rodrigues e Sílvio Romero. In: *V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2011, Porto Alegre. V Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2011.
- DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Império, 1872*. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento do Brazil 1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento%20do%20Brazil%201872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em 06/01/2023.
- DUDA, Diogo; MONTEIRO, Emanuel. *Ante ecos e ocos (texto curatorial)*. Curitiba: Museu Paranaense/SAMP, 2022.
- GRUPO DE TRABALHO CLOVIS MOURA. *Relatório do grupo de trabalho Clovis Moura, 2005-2010*. Curitiba: GTCM, 2010.
- IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil, parte XVIII – Paraná*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.
- KOSS, Luciana. *Imigrantes europeus, migrantes brasileiros e quilombolas na Colônia Federal Ivaí-PR durante a primeira metade do século XIX*. 286 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- LAMB, Roberto Edgar. *Uma jornada civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.
- LIMA, Carlos A.M. *Escravos da Senhora do Rosário: Irmandades negras na América Portuguesa*. In: MOURA, Ana Maria da Silva e LIMA, Carlos A.M. *Devoção & Incorporação – Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba: Peregrina, 2002.
- MARANDINO, Martha (org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. [s.l.]: FEUSP, 2008.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes.; RAMOS, Rene Wagner. Afro-brasileiros no Museu Paranaense: silêncios, demandas públicas e ressignificações. In: *Revista Observatório*, Palmas, v. 3, n. 2, p. 113-135, abr./jun. 2017.
- O Dia*, Curitiba, 7 de Outubro de 1937. Disponível na Biblioteca Nacional Digital. <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=092932&pagfis=34884>. Acesso em 06/01/2023.

- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, M.C.M. História como estratégia: uma apropriação da Abordagem triangular para uma educação não conformista. In: BARBOSA, A.M.; CUNHA, F. (Org.). *Abordagem triangular: no ensino das artes e culturas visuais*. São Paulo: Cortêz, 2010.
- PEREIRA, Luís F. L. *Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1997.
- RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, v.5, n.8, jan-jun, p.170-198, 2004.
- RÚSSIO, Waldisa. *Um museu de indústria em São Paulo*. São Paulo, FESP, 1980.
- SANTOS, Jislaine Santana . Museus e Memórias afro-diaspóricas: itinerários na Museologia brasileira. In: *Anais Eletrônicos do V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH-SE*, 2016. v. 1. p.1-20.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Entre troncos e atabaques. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Orgs.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- SCHEINER, Teseza. Muséologie et philosophie du changement. In: *Cahiers d'Étude*. Paris: ICOFOM, v.8, p.22-24, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Jhonatan Uewerton. Jogando por cidadania: apontamentos sobre a experiência de atletas negros nas primeiras décadas do futebol curitibano (1909-1933). In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. Disponível em <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos7/jhonatan%20uewerton%20so uza.pdf>